

RECENSÕES

HESÍODO. *Teogonia*. Tradução e comentários por Ana Ana Lúcia Silveira Cerqueira e Maria Therezinha Arêas Lyra. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1979. 104 p. Inclui o original grego.

HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo, Massao-Ohno, 1981. 160 p.

A existência de duas traduções brasileiras da *Teogonia*, editadas nos últimos anos, demonstra o interesse que o texto de Hesíodo é capaz de provocar ainda. São trabalhos de índole e objetivos diferentes, merecendo ambos aplausos pela oportunidade de seu aparecimento.

O primeiro tem a grande vantagem de trazer o original grego, se bem que poderia ter sido o mesmo colocado ao lado da tradução e não no final do volume, o que dificulta o confronto com o texto português das Professoras Ana Lúcia Silveira Cerqueira e Maria Therezinha Arêas Lyra. Este é bem acabado, fiel ao pensamento de Hesíodo e de fácil leitura mesmo para os não-iniciados, tendo as tradutoras optado pela versão em prosa que, se não nos parece o melhor quando o original é versificado, tem a vantagem de ser mais acessível ao leitor, no que auxiliam ainda as notas de pé-de-página.

O estudo inicial introduz o leitor moderno no mundo do autor, que provavelmente viveu na segunda metade do século VIII ou no primeiro quartel do século VII a.C. Informa-se aí, com base em bem fundamentada bibliografia, sobre a vida de Hesíodo, sua obra, seu pensamento, as fontes do poema e sua estrutura, chamando as professoras a atenção, com justeza, para a evolução que se pode constatar em face da epopéia: "Da fantasia contagiante dos poemas homéricos que enaltecem as grandezas da idade heróica, sem preocupação moralizante, passou-se à moral hesiódica, imposta pela experiência do poeta camponês e ditada por uma profunda religio-

sidade em nome do respeito e da justiça" (p. 12). O poema é considerado, assim, seguindo o ponto de vista tradicional, de uma perspectiva prática, enquadrando-se dentro do que se costuma chamar de *poesia didática*.

Já o trabalho de Jaa Torrano pretende uma leitura do texto de Hesíodo capaz de atinar com sua força mítica. Preocupa-se em desvendar o caráter *numinoso* da palavra mítica, que repousa no próprio fato de ser o poema, segundo seu próprio autor, o mesmo canto que constantemente entoam as Musas no Olimpo, diante do altar de Zeus pai. Esse discurso, dando a revelar o ser dos deuses imortais, lhes daria fundamento, o que determina sua feição *ontofânica*. Das Musas, através de seu canto, é que vem o ser dos deuses e seu poder: "No encanto do Canto é que se experimenta a Mais Forte Realidade, O que se dá como Presença Divina... A experiência numinosa do Canto é a audição de palavras-seres, de palavras-presenças. A Palavra-Presença, i.é, a Voz múltipla e uníssona das Musas encarnada na voz do aedo, mais do que ouvida é percebida: é vivida e vista na arcaica concreitude em que se reúnem e se con-fundem o nome e a coisa nomeada" (p. 116-117).

Em seguida, Torrano examina com argúcia o problema da origem dos deuses exposta pelo poeta grego. Determina, com base no texto, quatro princípios — o Caos, a Terra, o Tártaro e Eros (o Amor) — estabelecendo a relação entre eles, baseada nas forças geradoras que simbolizariam. A Terra é morada eterna e firme de tudo, para mortais e imortais; o Tártaro se entende como abismo, ou seja, um *negativo* da Terra. Por seu turno, o Amor representaria (constituiria) o poder de criação através da união dos seres, sendo o Caos seu negativo, enquanto constitui o princípio de geração por separação, sem o concurso de dois elementos que dêem origem a um terceiro. A descendência da Terra (após os primeiros movimentos em que esta sozinha gera o Céu, igual a si mesma, as Montanhas e o Mar, "sem desejoso amor") enquadra-se no primeiro tipo, sendo constituída sobretudo de seres luminosos e *positivos*. Já dos Caos vêm, sem atuação do amor, O Érebro e a Noite, esta última com sua prole maligna: Lote, Sorte negra, Morte, Sono e Sonhos, Escárnio e Miséria. Isso ocorre com toda descendência de Caos, com exceção de Êter e Dia, filhos da Noite

e de Érebro, aliás os únicos seres luminosos e positivos nessa estirpe. Há pois na *Teogonia*, afirma Torrano, “duas formas de procriação: por união amorosa e por cissiparidade — uma divindade original biparte-se, permanecendo ela própria ao mesmo tempo que dela surge por esquizogênese uma outra divindade” (p. 50).

Igualmente instigantes são os capítulos dedicados à sucessão das linhagens divinas (Céu, Cronos e Zeus) e à atribuição e divisão de poder nelas; às relações da Memória, mãe das Musas, com a Moira e ao problema do temporal no discurso mítico. Quanto ao último aspecto, demonstra o autor como a temporalidade se revela “presença absoluta”, ou seja, o tempo não se mede em termos de duração e de sucessão, mas os tempos coexistem: “Cada Deus nasce e é num tempo que só tem origem e ser na origem e ser desse Deus que o instaura ao instaurar-se em seu ser. Não há um tempo único e uniforme, duração homogênea e infinita, comum a todos os Deuses e preexistente a eles; há tempos múltiplos e qualificados diversamente segundo o nascimento-natureza do Deus que o instaura” (p. 109).

Trata-se, sem dúvida, de uma aguda percepção das peculiaridades do discurso/pensamento mítico, que evanta sugestões para problemas nunca fartamente discutidos que a *Teogonia* oferece, como o significado do Caos, não mais perceptível nem mesmo para os próprios gregos de períodos posteriores, já distanciados dos processos lingüísticos e de pensamento do mito. A sensibilidade diante do texto hesiódico leva Torrano a uma tradução preciosa do mesmo, em versos que respeitam o ritmo e o modo de expressão do poeta. Detalhes como a preocupação de manter a transparência dos nomes que em grego a têm — o que o faz verter ao português, por exemplo, os nomes das Musas como Glória, Alegria, Festa, Dançarina, Alegria-coro, Amorosa, Hinária, Celeste e Belavoz — dão feição especialíssima a seu trabalho, destacando-o dos moldes tradicionais de tradução dos textos antigos. Na verdade, se o poema tem, como se afirma, caráter ontofânico, se o nome é nume, cada detalhe se revela cheio de significado/ser: a ordem dos termos, o ritmo de pensamento, a sucessão dos versos, a transparência dos nomes.

Como se vê, são duas versões diferentes da obra de Hesíodo, ambas bem vindas e necessárias num mercado editorial ainda tão carente de textos clássicos, como é o brasileiro.

MAGDA GUADALUPE DOS SANTOS e
JACYNTHO LINS BRANDÃO

A democracia grega. Organização de Hélio Jaguaribe. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982. 149 p., ilustrações.

O volume é composto pelas cinco conferências e mesa redonda realizadas durante a "Semana da Grécia" — promovida em 1980 pela UnB e pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais — acrescidas de uma introdução geral ao tema e da Oração Fúnebre de Péricles, em tradução portuguesa. Procura-se dar ao leitor uma informação geral a respeito da democracia grega — o que se obtém principalmente através da leitura da referida introdução e do artigo "A Democracia de Péricles", assinados ambos por Hélio Jaguaribe — ao mesmo tempo em que aspectos singulares do assunto recebem tratamento específico. Este é o caso das palestras de autoria de José Cavalcante de Souza, Mário Vieira de Mello, Celso Lafer e Eudoro de Sousa, intitulados, respectivamente: "A pólis como quadro institucional da cultura grega"; "A crítica socrático-platônica à democracia ateniense"; "Medida e desmedida: reflexões sobre as relações externas da pólis e sobre o conflito Demóstenes e Filipe"; e "Paidéia". Segundo as palavras do próprio organizador do volume, esses trabalhos "constituem uma tentativa de apreciação crítica, a partir de uma perspectiva brasileira contemporânea, do grande experimento político da Grécia clássica", buscando, "a partir da literatura disponível, reinterpretar, criticamente, as principais idéias e ocorrências políticas daquele mundo, notadamente na sua expressão ateniense".

Merecem destaque as considerações filológicas propostas pelo Prof. José Cavalcanti de Souza, em torno da analogia entre o *lógos*

e a *agorá*, ambos ligados a verbos cujo sentido primeiro repousa na idéia de colher, ajuntar, reunir (*légein* — colher, reunir; *agéirein* — reunir, reunir em assembléia). Numa etapa posterior, de *agorá* forma-se novo verbo — *agoréuein* — que sintetiza em si os dois sentidos: falar em assembléia, falar em público. Dessa forma, é na praça e na prática do debate democrático que se conforma o *lógos* grego ou, em outros termos, o *lógos* só se realiza e toma forma a partir da ação de se reunir os cidadãos para o debate. O alcance dessa consideração conduz o leitor de cheio para o fundamento de toda a cultura grega, dominada pelo exercício do falar, do *falar em público*, isto é, do debater — o *lógos* entendido como o grande *diálogos* concretizado no espaço aberto da praça. “A realização da *agorá* pelo *agoréuein*” — sublinha o conferencista — “o *agoréuein* como figuração imediata do *lógos* — tal é substancialmente a gênese da *pólis*”. A gênese da *pólis* equivale dizer a gênese da democracia e de toda produção cultural dos antigos gregos.

Já os trabalhos de Mário Vieira de Mello e Eudoro de Sousa procuram esclarecer o problema das relações de Platão com a democracia, inquietante para a maioria dos helenistas e daqueles que tomam algum contato com a experiência política grega. Trata-se, em suma, de estabelecer a crítica platônica dentro da esfera de sua ontologia, teoria do conhecimento e princípios educacionais. Parece que a teoria das idéias, consideradas como a substância verdadeira de um mundo mergulhado em aparência, torna-se a chave da questão. Há um conflito e uma ruptura entre as doutrinas socrático-platônicas e a confiança no sensível, através da qual, conforme o Prof. Eudoro, “um grego é introduzido na grecidade da Grécia”. O descompasso estaria portanto entre a república ideal proposta pelo filósofo e a democracia nascida na realidade da *pólis*. A libertação das aparências em que se acha mergulhado o homem, no fundo da caverna do sensível — afastá-lo-ia também do mundo da cidade, conduzindo-o a uma libertação mais a nível do próprio *microcosmos* que existe dentro de si. A *República*, mais que um tratado sobre política constituiria, assim, um tratado sobre educação — é o que concluem os dois estudiosos. Acusar Platão de totalitarismo é completamente descabido e não coaduna com a universo em que se movia o filósofo.

São igualmente interessantes as considerações de Celso Lafer, na medida em que procura jogar a experiência das cidades-estado gregas com o conjunto das relações entre as nações modernas. Esse detalhe, aliás, se faz presente em todos os trabalhos: a preocupação de aprender a partir do legado grego, buscando sugestões para a solução de problemas atuais. Não constituiu a "Semana da Grécia", desse modo, mero exercício acadêmico de filo-helenismo, mas revestiu-a um sentido marcado de atualidade.

A mesa-redonda, que fechou o ciclo de conferências, tendo sido provocada espontaneamente pelo mesmo, contou com a participação de Ronaldo Poletti, Arthur Nogueira, Celso Lafer, Hélio Jaguaribe, José Guilherme Merquior, Mário Vieira de Mello, Mary Camargo Neves e Vamireh Chacon. A discussão ateve-se a pontos controversos dos temas expostos pelos conferencistas, devendo-se realçar as intervenções esclarecedoras do Prof. Hélio Jaguaribe, especialmente as relativas à situação do escravo e da mulher na sociedade democrática ateniense e à passagem do mítico ao lógico na história da cultura grega. Algumas vezes o fio da discussão torna-se um pouco obscuro, dificultando a compreensão do leitor, como por ocasião da primeira fala do Desembargador Mário Vieira de Mello, quando critica José Guilherme Merquior por atribuir a Jaeger um "humanismo delirante", crítica, aliás, a nosso ver, que parece de todo procedente. Fica-se todavia sem saber a que escrito ou pronunciamento de Merquior ele se refere. A transcrição de debates traz sempre inconvenientes como esse, não devendo isso, contudo, conduzir a sua não publicação, em tudo válida. Vicissitudes da palavra viva, nascida no calor do debate, ágil, pronta, rica de sentidos, quando forçada a se prender às formas da letra. Consideração que se nos impõe inevitavelmente quando se tem à mão um volume como este, que trata, no fundo, das potencialidades do discurso atualizado como instrumento da democracia. Longe do dia-a-dia da experiência grega, conhecendo-a apenas através da tradição escrita, até que ponto nosso acesso a ela será na medida do desejável?

Uma última observação faz-se necessária no que se refere às ilustrações. Cremos da máxima importância dotar um livro que trata da cultura grega de material ilustrativo do meio em que essa cultura surgiu, para introduzir o leitor moderno no que o Prof.

Eudoro de Souza chamou a “grecidade da Grécia”, através dos instrumentos pelos quais também um grego das eras antigas absorvia esse *modo de ser*. A reprodução das fotografias, é excelente, sua escolha também, geralmente, feliz. A ordem contudo é confusa, faltando de todo legendas explicativas, defeito imperdoável que impossibilita ao leitor leigo a compreensão daquilo que vê. A arrumação das fotografias todas juntas no início também não é a ideal. Seria mais agradável tê-las ilustrando as diversas partes do livro — a fim de que suas potencialidades comunicativas fossem plenamente exploradas, como parte orgânica de um volume tão bem composto e interessante, que traz de novo até os nossos dias essa que foi a máxima criação do mundo antigo: a democracia.

JACYNTHO LINS BRANDAO

SÊSECA. *Édipo*. Tradução do original latino por Johnny José Mafra. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982. 113 p. Inclui o original latino.

A obra em questão vem ajudar a suprir grave lacuna no mercado editorial brasileiro, em que raramente se encontram edições bilingües dos textos clássicos. Como nas melhores publicações estrangeiras, o *Édipo*, de Sêneca, foi composto com detalhado cuidado gráfico, podendo facilmente o leitor percorrer o original se valendo da tradução ou mergulhar nesta conferindo-a, quando necessário, com o texto latino.

A eficiente tradução do Prof. Johnny José Mafra atende às exigências do leitor culto sem deixar de ser acessível aos não iniciados, o que se consegue também através das notas de pé-de-página, elucidativas das referências feitas pelo autor cujo entendimento depende do conhecimento de fatos da cultura greco-latina. O processo se completa através de estudo sobre o teatro romano e a época de Sêneca. Por ele se aprende que o filósofo romano era natural de Córdoba, na Espanha, mas que foi em Roma que exerceu “sua atividade como advogado e como político”, tendo sido ainda instrutor e conselheiro de Nero, de quem partiu a ordem para que se matasse, o que Sêneca fez cortando os próprios pulsos, no ano 65 d.C.

Em seguida, percorre o tradutor a evolução do tema da peça, dos primórdios até o poeta latino, anotando como devia Édipo figurar já das sagas militares trazidas pelos helenos ao transmigrarem para a Europa no segundo milênio a.C. Apesar das referências encontradas nos poemas homéricos, apenas “a tragédia ática completa a evolução da lenda e aperfeiçoa-a através dos trabalhos de Ésquilo (...) Eurípedes (...) e, sobretudo, Sófocles” (p. 13). Em todas as versões mantém-se, apesar das variantes, o núcleo central: “o decreto do destino que condena Édipo, antes de nascer, a ser o assassino de seu pai e a vir a casar-se com a mãe” (p. 13). Discute-se ainda o problema da culpa e narra-se o conteúdo básico da lenda, como conservada e aproveitada pelos tragediógrafos gregos, em confronto com um resumo da adaptação latina.

Finalmente, uma rápida referência à estrutura da peça e a outras projeções da tragédia em questão fecham o texto introdutório. Dele fica bem clara a distância que separa Sófocles de Sêneca: “Embora sem poder alcançar a força dramática do poeta grego, Sêneca mostra, em *Edipo*, traços de originalidade, como se pode ver na descrição da peste ou na cena do sacrifício. Além de ser original, a narração da cena de necromancia é de uma beleza dificilmente igualável” (p. 11). Merece ainda destaque a figura de Jocasta, a qual, “antes de morrer (...) aproxima-se de Édipo já destruído e chama-o de ‘meu filho’ (...) um enternecimento tétrico, misturado ao pavor e ao desespero” (p. 12).

Sem dúvida, trata-se de excelente contribuição à bibliografia sobre o tema, sobretudo se considerarmos que foi o poeta em questão, de preferência, o intermediário entre os antigos gregos e a Idade moderna. A cena de invocação da alma do falecido pai, criação de Sêneca, faz lembrar o *Hamlet*, de Shakespeare, que provavelmente se terá inspirado no autor latino. É interessante, quanto a isso, observar ainda que Freud, ao usar o texto de Sófocles como ilustração para sua teoria sobre o “complexo de Édipo”, num estudo sobre a interpretação dos sonhos, toma como base também a peça de Shakespeare, o que faz que, de um certo modo, o fenômeno psicanalítico descrito possa ser qualificado também como “complexo de Hamlet”. Consciente ou inconscientemente, toca o psicanalista no intrincado problema da transmissão dos temas gregos, já que Sêneca, poderíamos afirmar, encontra-se *entre* Sófocles e Shakespeare.

Ajunte-se a isso que os próprios conceitos do trágico e da tragédia serão retomados, nos tempos modernos, a partir do escritor latino de que tratamos. Nele, com efeito, é que os conceitos e normas serão colhidos, o que demonstra ainda mais a oportunidade do livro agora editado. De sua grande produção para o teatro, apenas uma tradução da *Medéia* pode ser facilmente encontrada, ficando os demais textos reservados ao âmbito dos latinistas com ânimo de empreender viagem, nem sempre fácil, através deles. Que trabalhos como o do Prof. Johnny José Mafra — que tira agora o *Édipo* dessa espécie de limbo — não deixem de aparecer cada vez com maior frequência.

JACYNTHO LINS BRANDAO

FLAVIUS JOSEPHUS. *Autobiografia*. Tradução, introdução e notas por Rubens dos Santos. **ENSAIOS DE LITERATURA E FILOLOGIA**. Belo Horizonte, Publicações do Departamento de Letras Clássicas da Faculdade de Letras da UFMG, 1981. v. 3.

FLAVIUS JOSEPHUS. *Defesa dos Judeus contra Apion e outros caluniadores*. Tradução, introdução e notas por Rubens dos Santos. Belo Horizonte, Publicações do Departamento de Letras Clássicas da Faculdade de Letras da UFMG, 1986. v. 6.

Por condenável que seja a tradução de textos, pela ação demolidora que exerce sobre a obra original, não se pode negar seu valor como preservadora e transmissora da cultura bem como dos próprios textos traduzidos. Não houvesse, por exemplo, a versão moderna das obras da antiguidade grega, o tratamento com as fontes seria privilégio de uns poucos que privam da intimidade da língua de Homero. Os demais estudantes e pesquisadores se conformariam apenas com a exegese feita por esses privilegiados. A obra histórica e política de Joseph Ben Mathias é hoje inacessível ao pesquisador universitário e, nem por isso, perdeu seu valor como intérprete do momento histórico vivido pelo seu autor. É, no entanto, uma leitura reservada a poucos, visto serem poucos — e entre os historiadores, raros — os que se dedicam ao estudo do grego.

Numa decisão heróica, Rubens dos Santos, professor de língua e literatura grega da Universidade Federal de Minas Gerais, — *qui tria corda habet, quia Lusitane et Graece et Latine loquitur* — propôs-se traduzir e comentar os textos de Flavius Josephus, o ardiloso judeu Joseph Ben Mathias. Assim é que, num português corrente, podem-se ler os textos da *Autobiografia e Defesa dos Judeus contra Apion e outros caluniadores*, publicados pelo Departamento de Letras Clássicas da Faculdade de Letras da UFMG.

Para os cultores das letras clássicas seria desnecessário ressaltar o valor e a utilidade dessas duas obras. Faço-o, pois, com a intenção de atingir aqueles que se iniciam na leitura dos clássicos ou que, trilhando os caminhos da História, insistem em alcançar as suas fontes.

Flavius Josephus é o historiador e diplomata judeu do séc. I d.C. que habilmente faz a ligação entre o mundo greco-romano e a civilização judaica, que, segundo ele, à sua época, tem mais de 5.000 anos.

De estirpe sacerdotal, Joseph Ben Mathias — esse era o seu nome —, desde muito jovem se notabilizou entre os judeus pela cultura e pela habilidade política. Em 64 d.C. seguia para Roma, a fim de obter a libertação de três sacerdotes condenados pelo procônsul Félix, no que foi bem sucedido. Em 67, organizou na Galiléia a resistência contra os Romanos e foi capturado na fortaleza de Jotapata. Prisioneiro de Vespasiano, vaticinou-lhe o império, recebendo como prêmio a liberdade e a amizade do novo monarca e de seu filho Tito, dos quais tomou o apelido de Flavius.

Este homem, que é um misto de historiador, filósofo, estrategista e embaixador, exerceu grande influência sobre pensadores da Idade Média e do Renascimento. Lê-se em *Literatura européia e Idade Média latina*, de Ernest Curtius, que era autor de cabeceira dos grandes doutores, entre eles Pedro Abelardo e Tomás de Aquino. (Cf. SANTOS, *Autobiografia*, p. 14). Roger Bacon, filósofo inglês do séc. XIII, tira suas informações, pelo menos em parte, das *Antigüidades de Flavius Josephus*. (Cf. Boehner-Gilson, *História da Filosofia Cristã*. Petrópolis, Vozes, 1982. p. 383).

A leitura da obra de Flavius Josephus que, para o historiador de nossos dias, parecia quase inviável, não tanto por estar escrita em grego, mas por ter sido escrita em grego por um autor que não conhecia bem a língua de Homero, torna-se possível com a tradução de Rubens dos Santos. É uma leitura cativante, que prende o leitor do começo ao fim, num ímpeto incontrolável. Grande parte da facilidade do texto deve-se à habilidade da tradução, em língua ao mesmo tempo culta e simples, sistemática e transparente.

Os estudos que precedem os textos são reflexões profundas imprescindíveis para quem queira entender a vida e a obra do autor judeu. Constituem um trabalho sério de pesquisa empreendido pelo Professor Rubens dos Santos e são um convite para novos estudos sobre o ardiloso estrategista judeu-romano.

Belo Horizonte, 1987.

JOHNNY JOSÉ MAFRA